



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AMNS  
Nº 70028064350  
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70028064350

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROPONENTE

CÂMARA DE VEREADORES DO  
MUNICÍPIO DE GUAIBA

REQUERIDO

PREFEITO MUNICIPAL DE GUAIBA

REQUERIDO

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos.

O Dr. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul propõe a presente ação, buscando a declaração parcial de inconstitucionalidade do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 2.342/2008, do Município de Guaíba, que cria atribuição ao órgão ministerial não prevista na Constituição Estadual.

Alega violação ao disposto nos artigos 5º, 109 e 110, da Constituição Estadual.

Decido.

Com efeito, é de ser, por ora, deferido o pedido liminar de suspensão do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 2.342/2008 do Município de Guaíba, ora impugnado, pois tenho por relevantes os fundamentos deduzidos na inicial, eis que, em princípio, estariam em desacordo com o que dispõe a Constituição Estadual, ferindo, ainda, o princípio da harmonia e independência dos Poderes, ao impor ao Ministério Público participação na

*cabini*  
*[assinatura]*



AMNS

Nº 70028064350

2008/CÍVEL

composição de Gabinete de Gestão Integrada Municipal daquela comunidade.

Notifique-se o Chefe do Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Vereadores para, no prazo de 30 dias, querendo, apresentem as informações que entenderem pertinentes.

Cite-se a Doutora Procuradora-Geral do Estado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público.

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2008.

DES.ª ANA MARIA NEDEL SCALZILLI,  
Relatora.